

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA 16^a PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CES/RS - 2024

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas, o Pleno do Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, esteve reunido presencialmente no auditório do CES, 4º andar do Prédio Negrinho do Pastoreio, na Av. Borges de Medeiros, 521, para a realização da 16 ª Plenária Ordinária. A transmissão está disponível endereço eletrônico: https://www.youtube.com/watch?v=wyj8iT0uGZQ Estiveram presentes nesta plenária os (as) seguintes **conselheiros (as)** titulares do segmento usuário: Rosangela Dornelles (Vida e Justica), Karina Zuge (AGADIM), Itamar Santos (FETAPERGS), Rubens Raffo (Fórum ONG AIDS), Jaime Ziegler (CTB), Marlene Hammes (FEGEST), Paola Falceta (AVICO), Vanderci Borges (FDC), Alfredo Gonçalves (FTMRS), Valdemar de Jesus (FEGAMEC), Francisca Jesus (FGSM), Alair Simão (MNU), Sérgio Reis (MST), Gabriela Cunha (Marcha Mundial d a s Mulheres), Hack Basilone (NUANCES) e Natália Fetter (UBM) segmento trabalhador: Célia Chaves (SINDFARS), **Ivete** Ciconet (CRN-2), Maria Lúcia Schaeffer (SINDISAÚDE), Flávio Gomes (CRMV), Mônica Thomé (C R E F I T O -5), Lúcia Silveira (CRESS-10) e Natália Nunes (Col. Gaúcho Res.), Dan Pinheiro (CRP) <u>segmento gestor/prestador de serviços:</u> Ângela de Aquino (SES), Carolina Gyenes (SES), Terezinha Valduga (SES), André Lagemann (Fed. Sta. Casas) e os suplentes do segmento usuário: Daniel Zart (ACURACAN),

Carlos Duarte (Fórum Ong Aids), Ernani Ribeiro (CONIC), Elder dos Santos (CTB), Luiz Carlos de Azevedo (Vida e Justiça), Lucas Monteiro (Levante Pop. Juvent.) e Clarissa Nogueira (FEGAMEC) segmento gestor/prestador de serviços: Karina Roggia (SES), Ramon Saúde) e Shirlei Gazave (FEHOSUL). (Ministério da Discutiu-se os seguintes temas em pauta: 1 - Inscrições para assuntos gerais; 2 - Informes e expedientes. 3 - Aprovação da ata da 15ª Plenária Ordinária; 4 - "Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora no Estado do Rio Grande do Sul - Análise Situacional e a Política Estadual". 5 - Aprovação do Regimento Eleitoral para eleição da pessoa Coordenadora Estadual de Plenárias e suplentes. 6 – Relato das comissões do CES/RS; 7 - Assuntos Gerais. Estando presentes os Conselheiros (as) Titulares e Suplentes, verificada a presença de quórum, foi iniciada a reunião com a condução do pleno pelo vice-presidente do CES/RS, conselheiro Itamar Santos, que informou que a presidente do CES, Inara Ruas, está em representação externa. Em seguida, foi aberta as inscrições para assuntos gerais. **2 – Informes e Expedientes:** Encontro do Sistema Estadual de Auditoria do SUS, o link para inscrição foi enviado para o e-mail de todos (as) conselheiros (as) e convite para a 19ª Plenária Estadual de Conselhos municipais de Saúde. Rubens informou sobre a dificuldade de acessibilidade no prédio do CES, Hack convidou para a parada Livre de Porto Alegre dia 8 de dezembro na redenção e solicitou apoio e parceria. Natália Fetter informou que está representando o CES na primeira reunião do grupo condutor da rede Alyne, primeira reunião sobre o programa equidade no SUS. Informe da servidora Cristiane Rodrigues, sobre o encontro da Auditoria do SUS. 3 - Aprovação da ata **da 15^a Plenária Ordinária.** Foi aberto o regime de votação, com a ata sendo aprovada por com apenas 1(uma) abstenção. 4 - Saúde do Trabalhador e da voto da maioria, Trabalhadora no Estado do Rio Grande do Sul - Análise Situacional e a Política **Estadual.** A apresentação foi iniciada por Andrea Gnoatto, coordenadora da Divisão de Vigilância em Saúde do Trabalhador do RS e coordenadora do CEREST estadual. Andrea fez

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

um convite às VISAT's do estado, coordenadorias regionais de saúde técnicos dos CEREST's e controle social para um encontro nos dias 3 e 4 de dezembro na sede da EMATER. Apresentou a equipe multiprofissional pertencente ao estado que trabalha com saúde do trabalhador, composta por dois enfermeiros, assistente social, sanitarista residente, administrador, estudante de ciências da computação, estudante do ensino médio, técnica em saúde e ecologia humana, duas psicólogas, e médica do trabalho. Mostrou a distribuição dos CEREST's no estado, com um total de 13 unidades atuantes, sendo 1 municipal (Porto Alegre), 1 do estado e o restante com abrangências regionais somando ao todo, 194 trabalhadores. Explicou que as regiões que não têm cobertura regional, são atendidas pelo CEREST estadual, que estão buscando aumentar as unidades no RS, porém, que depende das vagas ofertadas por Brasília. Fala sobre as notificações em saúde do trabalhador, que são uma exigência legal e que através dos dados fornecidos é possível que haja uma indicação, aplicação e controle de medidas de prevenção para situações de acidentes, agravos e doenças ligadas ao ambiente de trabalho. Ainda diz que as subnotificações das ocorrências são um problema, visto que prejudica que se tenha um panorama real dos dados da saúde dos trabalhadores, indicando a necessidade de uma educação permanente voltada às UBS para que saibam como fazer o encaminhamento e identificar casos relacionados ao adoecimento no trabalho. Após, mostrou o Portal BI Saúde, onde contém painéis relacionados às notificações sobre saúde do trabalhador, podendo ser filtrados por município, notificações por agravo, pela classificação brasileira de ocupações e número de notificações por ano. Os números no portal apontam uma parcial com total de 55.636 notificações no RS no ano de 2024. No período de 2015 até 2024, destacam-se as notificações por acidente de trabalho grave (277.780), acidente de trabalho (187.840) e exposição a materiais biológicos (43.645). Destaca que o Ministério Público do Trabalho acessa a relação do número de dados da previdência e de CAT's e cobra as indústrias que apresentam registros do SINAM. Lívia Biasuz traz dados sobre os agravos de lesões, sendo maiores os números de casos de dores na lombar na categoria de acidentes de trabalho grave. Enfatiza também, a necessidade de que haja ações de prevenção nos locais de trabalho. Andreia comenta sobre as investigações de óbitos relacionados ao trabalho que são notificados no SIST (Sistema de Informações em Saúde do Trabalhador) que tem como objetivo compreender o perfil epidemiológico de mortalidade dos trabalhadores e dos acidentes e seus agravos, obtendo uma visão geral do que está vitimando os trabalhadores do

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

Rio Grande do Sul. Traz dados dos óbitos do período de 2021 a 2023, onde as taxas aumentaram em 55,34% dos acidentes típicos fatais e um crescimento nos registros de óbitos por acidente de trajeto por 50%. Dentro disso, as ocupações com maior número de risco de acidente típico estão na agricultura, motoristas/caminhoneiros e pedreiros/serventes. Em 2024, dados parciais mostram que 210 óbitos relacionados ao trabalho estão sendo investigados e 280 foram notificados. Por fim, a equipe do CEVS apresentou ações que foram realizadas no período de 2019 a 2024, como seminários, assessoramento, aos CEREST's e análises situacionais. Também mencionam a atualização da CIB 582/24 que estabelece o funcionamento dos serviços CEREST's de 40 horas semanais, manter o CNES atualizado, adequação da composição da equipe (e ter pelo menos 01 psicólogo obrigatoriamente na equipe), inclusão do repasse de verba para as unidades municipais. Nas atualizações, esperam o equilíbrio entre ações de Assistência, Educação e Vigilância em Saúde e como dificuldades destacam a articulação com a Atenção Primária para reduzir o distanciamento da Vigilância com as UBS, sobrecarga de trabalho, rotatividade de profissionais, poucas vagas para ampliação dos CEREST's, entre outras questões listadas. Após, o momento para inscrições sobre a pauta foi aberto. Itamar Santos pergunta como serão habilitadas as novas instalações dos CEREST's e como enfrentar a precarização das leis que defendem os direitos trabalhistas. Alfredo Gonçalves questiona sobre os casos de subnotificações de trabalhadores que contém plano de saúde, sobre laudo pericial em casos de acidentes fatais e a necessidade de comunicação entre os órgaos responsáveis. Valdemar pergunta sobre como é feito o atendimento dos trabalhadores autônomos nas UBS que chegam sem documentação e de que forma isso afeta os indicadores. Ernani Ribeiro critica a falta de profissionais dos CEREST's durante o período de reabilitação dos trabalhadores acometidos por ferimentos/adoecimento. Elder Santos fala sobre a invisibilidade de dados relacionados à saúde mental dos trabalhadores, falta de ações que prezem pelo bem psicológico e desconhecimento por parte das empresas sobre questões de adoecimentos/ transtornos mentais. Andreia Gnoatto responde que o CEVS não tem acesso às CAT's, portanto as buscas de dados devem ser feitas pelo Observatório do Ministério Público do Trabalho, que trará mais detalhadamente sobre segmentos acometidos. Em relação ao credenciamento, diz que o território deve ser analisado a partir de suas demandas e necessidades de determinados profissionais, além de depender da aprovação de Brasília. Disse que os trabalhadores do CEREST são servidores concursados do

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

município sede, apesar de alguns contratados, mas que é necessário que se dê preferência aos concursos públicos. Em relação ás reabilitações, explica que não são todas as unidades do estado que prestam serviços assistenciais e que todo o projeto de reabilitação ligado às previdências sociais foi extinto. Diz que a regulamentação das plataformas de trabalho virtuais é feita pelo Ministério do Trabalho, e não pelo SUS, sendo este apenas um componente que recebe adoecidos por essas relações de trabalho. Respondendo ao Alfredo, diz que os laudos realmente não se conversam e que depende do interesse e disponibilidade do profissional do CEREST que está atendendo, baseado no "coleguismo". Luana (CEVS) diz que dados em relação à saúde mental realmente são difíceis de serem encontrados e menciona a Ficha de Transtorno Mental Relacionado ao Trabalho, que não precisa de um diagnóstico fechado de um transtorno, mas de um sofrimento de forma geral, que as notificações são poucas, mas que comparado a outros estados maiores, o Rio Grande do Sul tem feito um bom trabalho ao coletar dados de tais agravos. Andreia complementa dizendo que um dos focos para o ano de 2025 é a saúde mental. Célia Chaves destaca o problema da falta de profissionais atuantes e a dificuldade de entender e atender o tamanho das necessidades de cada território, além de criticar a falta de financiamento. Maria Lúcia diz que representantes do INSS deveriam estar presentes na mesa da plenária, enfatiza a gravidade da depressão nos trabalhadores e falta de registro no CAT. Lúcia (CRESS) diz que o problema de subnotificação não é apenas na Atenção Básica, mas também na contratação de profissionais que possam vir a ter vínculo com o trabalho e com os trabalhadores que chegam para serem atendidos. Jaime Braz comenta sobre as entidades privadas não notificarem, sobre os trabalhadores terceirizados não poderem pegar atestados e fala que as empresas privadas que atendem os trabalhadores acidentados não notificam por entenderem que causa prejuízo a eles. Também fala sobre trabalhadores terceirizados, como motoboys, que são convencidos de que são empresários por administrarem seu próprio tempo, além de pessoas donas de CNPJ também são trabalhadores suscetíveis a doenças e acidentes de trabalho. Andreia Gnoatto responde que não se tem uma conversa na linha da prevenção com as empresas, e sim, com respaldo na vigilância em ambientes de trabalho e nas forças-tarefa. Tem atuado na sensibilização de profissionais que trabalham nos ambulatórios médicos nos hospitais e SESMT's. Andreia não acha que o problema esteja a APS, e sim, a solução. Diz que o modelo atual não é o ideal, mas que a APS é a ordenadora do cuidado, que os números do

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

mapeamento de estabelecimentos que notificam hoje são maiores, que existe a falta de tempo das equipes e que seria interessante fazer o matriciamento. Fala que a previdência social deveria estar mais próxima porque também tem responsabilidade em relação à saúde dessas pessoas. Por fim, pede ajuda para que os caminhos para evolução do serviço sejam sinalizados, porque a alta demanda dificulta estabelecer as prioridades. Encerrado este ponto de pauta, Itamar Santos retoma a fala e traz orientações sobre a próxima plenária ordinária com caráter formativo. Por fim, o Regimento Interno para a 19ª plenária de conselhos entrou em regime de votação, sendo aprovada com 17 votos. A plenária foi encerrada às 17 horas. Nada mais havendo a tratar, eu, Antonia Giovanna Cunha Gonçalves, lavro a presente ata, que após leitura e aprovação, será assinada pelo presidente do Conselho Estadual de Saúde.

Porto Alegre, 22 de novembro de 2024.

Inara Beatriz do Amaral Ruas

Presidente do CES/RS